



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SELOG/DPF/FIG/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08389.009985/2024-19

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo nº 08389.009985/2024-19

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação das empresas especializadas no controle de vetores e pragas urbanas. Isso inclui dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados (animais sinantrópicos). Tal serviço é necessário para garantir um local de trabalho seguro aos servidores, prestadores de serviços e usuários quando da utilização das instalações das delegacias da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Umuarama e Cascavel, todas, no estado do Paraná.

2.2. O combate dessas pragas e insetos, somadas às outras práticas sanitárias, tem por objetivo eliminar e controlar a população de pragas, insetos indesejados que podem causar problemas de saúde nos servidores, prestadores de serviços e usuários das delegacias, enquanto também pode danificar as unidades mobiliárias e seus bens móveis e equipamentos.

2.3. Existe assim, a necessidade de dar condições plenas de segurança, salubridade e habitabilidade ao imóvel, possibilitando a ocupação e utilização dos mesmos, bem como o controle e monitoramento de pragas urbanas, quais sejam, roedores, baratas, cupins, pulgas, formigas, escorpiões, aranhas, mosquitos, dentre outros, nas instalações, protegendo a área patrimonial, bem como as pessoas que frequentam o local.

2.4. A necessidade da contratação robustece com a situação perimetral da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, de modo a oferecer um ambiente de trabalho salubre, protegendo os servidores e terceirizados das mazelas produzidas pelas pragas.

2.5. A necessidade objetiva, em sentido estrito, visa promover na instalação supracitada, o controle de pragas e vetores, mediante a aplicação trimestral de pesticidas, adotando procedimentos para a implementação de estratégias de promoção da saúde e adoção de boas práticas operacionais que se consolidam através da construção de ambientes saudáveis.

2.6. Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que estejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, independentemente de sua forma de constituição. Tal proibição decorre do fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impeça a participação de corporações de maneira individual, nem de grande magnitude, não sendo necessário o agrupamento de entidades para sua execução impecável, aumentando consideravelmente a competitividade do processo.

2.7. De acordo com as interpretações do Tribunal de Contas, a discricionariedade da Administração se estabelece sem, contudo, limitar a competitividade. Isso é perceptível no caso atual, dado que o serviço contratado não exige características técnicas diferenciadas que necessitariam da combinação de empresas para uma execução contratual precisa e fiel.

2.8. Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas são imprescindíveis para que o devido aperfeiçoamento do planejamento estratégico da Polícia Federal, pois se trata de atividade relacionada à saúde dos usuários internos e externos e ambiente saudável de trabalho. Assim, o desempenho das atividades realizadas pelos servidores e colaboradores, as quais contribuem para o atingimento das metas e objetivos delineados no planejamento estratégico da Polícia Federal, poderão ser alcançados.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Área Requisitante: SELOG/DPF/FIG/PR

3.2. Responsável pela demanda: WILLIAM CORDEIRO LEITE

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A necessidade da contratação do serviço tem por objetivo cuidar da salubridade dos ambientes de trabalho e assim garantir a saúde, o bem-estar e o conforto dos servidores, prestadores de serviço e usuários das unidades da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra no Paraná.

4.2. Será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência inicial de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133, conforme modelo a ser elaborado pela equipe de planejamento, a partir de modelo definido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

4.3. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses de acordo com o previsto no artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, a unidade de medida será serviço por metro quadrado, e o pagamento será realizado por aplicação, observando que não poderá haver pagamento sem a efetiva prestação do serviço;

4.5. Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

4.5.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.5.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação.

4.6. Requisitos *stricto sensu*:

4.6.1. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017 e demais normas aplicáveis;

4.6.2. O serviço que se objetiva contratar é de natureza continuada em face de sua essencialidade enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão;

4.6.3. Observar os critérios de sustentabilidades elencados no Termo de Referência da contratação;

4.6.4. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses;

4.6.5. Em face das dimensões, das características e das atividades do Órgão, a solução adotada será a de prestação do serviço sem fornecimento de mão de obra exclusiva;

4.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.8. A contratada deverá apresentar como critério de habilitação licença da Vigilância Sanitária e Licença ambiental;

4.9. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

4.10. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa especializada em serviço de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados. Dessa forma, e dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório, eles podem ser executados de forma indireta, conforme dispõe o §1º, do Art. 3º, do Decreto 9570/2018.

5.2. Em atendimento a obrigação diposta no Art.2º, da Portaria nº 938, de 2/02/2022 de fevereiro de 2022, registra-se que para essa solução ainda não existe item no catálogo eletrônico de padronização de compras, conforme pode se verificar rol do disponível do endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogoeletronico-de-padronizacao>, acessado em 30/10/2024.

5.3. Considerando que o "**serviço de natureza contínua**" são aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro, informo que o serviço de controle de vetores e pragas urbanas se amolda essa classificação, haja vista que dedetização, desratização, desinsetização e descupinização devem ser permanente, e que sua efetividade depende do cumprimento de um cronograma de atividades preventiva.

5.4. Outra classificação importante a se registrar é que serviço de controle integrado de vetores e pragas urbanas é comum, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

5.5. Ainda, nesse aspecto, informo que para essa solução de mercado foi observado a presença de 02 (duas) unidades de medidas adotadas pela administração pública na contratação dos serviços: alguns órgãos utilizam metro quadrado e outros usam serviço unitário. A unidade medida mais utilizada para nos contratos da Polícia Federal é a metro quadrado, tanto que o contrato anterior utilizava essa unidade de medida para medição do serviço contratado.

5.6. Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços em voga justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

5.7. Definida essa linha de atuação, reduziu-se a termo a pesquisa de preço, a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Para isso, foi observadas as orientações contidas no Caderno de Logística - Pesquisa de Preço, Versão 1.0, que tem por base a IN SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021, que por sua vez, se fundamenta no Art. 23, a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.8. A memória de cálculo, o detalhamento dos valores obtidos e a compilação dos mesmos constam na Nota Técnica de Pesquisa de Preço (SEI nº 38160835);

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Trata-se da contratação de empresa especializada em serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados (animais sinantrópicos) para atender as necessidades as demandas das delegacias de Polícia Federal nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascável e Guaíra Paraná.

6.2. Serão realizadas aplicações de inseticidas e colocação de "iscas raticida" a cada 03 meses, com a possibilidade de acionamento a qualquer momento sob a hipótese de aparecimento de pragas no período da garantia, conforme plano de controle apresentado pelo fornecedor, em observância as normas sanitárias de controle de vetores e pragas urbanas.

6.3. Em relação ao plano de controle de vetores e pragas que será apresentado pela empresa contratada, ele deve contemplar cronograma de monitoramento periódico para repor as "iscas raticida", inseticida e outros ação técnicas, no sentido de assegurar a qualidade e a efetividade o serviço contratado.

6.4. O período de garantia é de 90 (noventa) dias, conforme definido no Código de defesa do Consumidor;

6.5. A primeira aplicação será realizada com base na ordem de serviço emitida pelo chefe do SELOG/DPF/FIG/PR, que será subsidiado pelas fiscalizações setoriais das três delegacias, haja vista que os serviços somente poderão ser executados mediante assinatura de Termo de Sigilo do Fornecedor e dos Técnicos, em razão das políticas de segurança institucional da Polícia Federal.

6.5.1. Estima-se que a primeira aplicação se dará até 30 dias, após a assinatura do contrato;

6.5.2. As demais aplicações serão feitas com base no cronograma previsto em plano de controle de vetores e pragas emitido pelo técnico da empresa, considerando o calendário de datas apresentados pela administração pública, no sentido de evitar a interrupção total dos serviços prestados pelas delegacias

6.5.3. As demais aplicações deverão ser realizadas a cada 3 (três) meses, após a última ou a critério do responsável formalmente indicado pela autoridade competente, possibilitando a ininterrupção da garantia do serviço.

6.6. Das disposições gerais e dos serviços a serem executados:

6.6.1. As delegacias de Foz do Iguaçu e Guaíra no Paraná, bem como suas unidades de atendimento estão inseridas numa área vasta e com proximidade a vegetações propicia a presença de insetos, tais como formigas, aranhas, escorpiões e demais tipos de artrópodes. Outrossim, a idade das edificações e as áreas descampadas e a ampla rede de esgoto é um ambiente ideal para que haja a proliferação de baratas e ratos, os quais são responsáveis por transmissão de uma série de doenças ao homem, bem como o atual estado de disseminação da dengue, zika e Covid-19 no país. Dessa forma, os serviços a serem contratados visam inibir a presença de insetos, animais e proliferação de vírus, bactérias, ácaros, fungos e mofos, que possam causar danos à saúde do efetivo e visitantes, nas unidades das Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Umuarama, Cascavel, numa área de 23.199,52 m², por um período inicial de 12 meses com aplicações realizadas mediante ordem de serviço em datas a serem previamente acordadas.

6.6.2. pulverização: para ralos, esgotos e lixeiras no controle de baratas.

6.6.3. inseticidas à base de hidrometilona ou sulfluramida para baratas e formigas nas demais áreas.

6.6.4. desratização métodos físicos, químicos e biológicos, que cumpra requisitos de segurança para evitar contaminação por parte dos servidores, cães, crianças e demais pessoas que possam ficar expostas ao métodos;

6.6.5. desinsetização métodos químicos e biológicos, em especial, para dengue, zika e chikungunya;

6.7. Todas as formulações químicas utilizadas deverão possuir registro na ANVISA. A contratada deverá indicar na sua proposta os produtos a serem utilizados (nome comercial e genérico), fichas técnicas e classificação de toxicidade e suas formas de aplicação.

6.8. Não poderá ser adicionado qualquer outro produto potencializador de sua ação original, cumprindo assim normas de segurança.

6.9. Caso a CONTRATADA queira realizar a substituição de quaisquer produtos descritos na proposta de preço, esta deverá ser submetida à prévia aprovação da CONTRATANTE. A indicação dos novos produtos, que deverão estar em conformidade com todas as exigências constantes neste instrumento, deverá ser encaminhada ao servidor designado para fiscalização dos serviços em até 10 dias úteis antes da aplicação.

6.10. A desejada contratação terá a duração de 12 meses a partir da assinatura do instrumento contratual, entretanto, por ser um serviço de natureza continuada, se faz necessário prevê no contrato a possibilidade de que haja prorrogação por igual período até o limite de prazo estipulado na lei, conforme estabelecido nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Pretende-se contratar uma ou mais empresas especializada em controle de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados (animais sinantrópicos). Todo o material, produtos, ferramentas, utensílios, mão de obra e equipamentos deverão ser fornecidos pela Contratada.

7.2. Os serviços serão executados nas unidades de Atendimentos e nos locais definidos no quadro abaixo:

Itens	Descrição do Serviço	Unidades de Atendimento		Endereços	Área Interna (m²)	Área Total Interna (m²)
1	<p>Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos: dedetização, desinsetização, desratização (**), descupinização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti, zika, chikungunya, nos locais onde possa acumular água, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e matéria-prima necessários ao tratamento químico, físico e biológico, com cobertura TRIMESTRAL, em uma área total interna e adjacente (***) de 13.570,22 m².</p>	DPF/FIG/PR	Sede da DPF/FIG/PR	Avenida Paraná, 3471, Polo Centro, Foz do Iguaçu	7.514,15 m²	13.570,22 m²
			Canil	Avenida Paraná, 3471, Polo Centro, Foz do Iguaçu	463,24m²	
			Depósito de Veículos	Avenida José Maria de Brito,	85,30m²	
			Laboratório de Perícias veiculares	Avenida Paraná, 3471, Polo Centro, Foz do Iguaçu	740,75m²	
			Aduana PIA	Ponte Internacional da Amizade - Fronteira com Paraguai	247,42 m²	
			Aduana PTN	Ponte Tancredo Neves - Fronteira com Argentina	286,01m²	
			Base NEPOM Itaipu	Hidrelétrica de Itaipu Estaleiro*	1.336m²	
			Base NEPOM Estaleiro	Avenida Beira Rio, Foz do Iguaçu, Base, Rua José do Patrocínio, 998-1250	1.0450m²	
			(*) Posto Santa Helena	Rua Lambari, Lote Urbano nº 04, Quadra nº 14, Condomínio Marinas de Santa Helena	153,07m²	
			(**) Base Crisálidas	Rua das Crisálidas, nº 419, no bairro Jadim Eliza II, em Foz do Iguaçu/PR	1.209,28 m²	
	(***) Base Umuarama (****) Base Umuarama	Rua Goiás, 5307, Zona II, cidade de Umuarama/PR, cerca de 2 Km do acesso à principal rodovia	490,00m²			
2	<p>Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos: dedetização, desinsetização, desratização (**), descupinização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti, zika, chikungunya, nos locais onde possa acumular água, sem fornecimento de mão de obra em regime</p>	DPF/GRA/PR	Sede da DPF/GRA/PR	Praça Castelo Branco, 200, Centro	3029,33 m²	6.822,95 m²
			Casa NIP (Análise)	Rua Riachuelo, 1361, Bairro São José	441,50m²	
			NEPOM - Prédio I (bloco adm)	Avenida Beira-Mar, Lote K-01	911,10m²	
			NEPOM - Prédio II (bloco de serviços)	Avenida Beira-Mar, Lote K-01	338,22m²	
			Estande de Tiros, Academia e Dojô	Avenida Beira-Mar, Lote K-01	655,75m²	
			Canil	Avenida Beira-Mar, Lote K-01	104,05m²	

Itens	de dedicação exclusiva e matéria-prima necessários ao tratamento químico, físico e biológico, com cobertura TRIMESTRAL, em uma área total interna e adjacente (***) de 6.822,95 m².	Unidades de Atendimento	Endereços	Área Interna (m²)	Área Total Interna (m²)
		Pátio de veículos	Estrada Cruz de Malta, quadra 704, Água de Bugre	1.343m²	
3	Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim compreendidos: dedetização, desinsetização, desratização (**), descupinização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti, zika, chikungunya, nos locais onde possa acumular água, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e matéria-prima necessários ao tratamento químico, físico e biológico, com cobertura TRIMESTRAL, em uma área total interna e adjacente (***) de 2.806,35 m².	Sede da DPF/CAC/PR	R. Paraná, 1264 - Centro, Cascavel - PR, CEP 85812-010	783,08 m²	2.806,35 m²
		Anexo Sede da DPF/CAC/PR	R. Paraná, 1264 - Centro, Cascavel - PR, CEP 85812-010	526,65 m²	
		Pátio de veículos - DPF/CAC/PR (Casa Amarela)	Rua Pedro Ivo, 1369 - Centro - Cascavel/PR CEP 85812-170	746,15 m²	
		GISE	Rua Riachuelo, 2852, Centro - Cascavel/PR CEP 85812-170	358,46 m²	
		NO/NI	Rua Pedro Ivo, 1492, Centro - Cascavel/PR CEP 85812-170	392,01 m²	
Considerando que serão 4 aplicações no decorrer de 12 meses, teremos que contratar aplicação para 92.798,08 m².				23.199,52m²	(4 x 23.199,52 = 92.798,08 m²)

7.3. (*) O atendimento para a unidade referente ao Posto Santa Helena será realizada pela fornecedor escolhido para atender Foz do Iguaçu. Já a base conforme protocolo de atendimento definido em Termo de Referência.

7.4. (**) Serão utilizadas 10 (dez) porta-isca para cada 1.000m², as quais serão distribuídas de acordo com orientação técnica contida em plano de manejo de praga apresentado pelo fornecedor de acordo com regras da ABNT 15.584.

7.5. (***) Áreas adjacentes para esta contratação são as áreas do perímetro externo paralelo às paredes das edificações.

7.6. (****) Os orçamentos e as propostas foram realizados considerando que a Base de Umuarama pertencesse a DPF/FIG/PR. No entanto, ela é de responsabilidade da DPF/GRA/PR, dessa forma, quando da elaboração do Termo de Referência os ajustes serão realizados para que a unidade de atendimento seja retirada da DPF/FIG/PR e incluída na DPF/GRA/PR.

7.7. É importante destacar que, devido às peculiaridades e à política de segurança institucional, a decisão sobre a necessidade de inclusão de bases policiais que deverão ser atendidas pelo serviço será determinada pela autoridade responsável pela segurança orgânica das delegacias. No entanto, tal informação não pode ser detalhada de forma precisa a fim de manter o sigilo das atividades policiais.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. R\$ 83.518,27 (oitenta e três mil, quinhentos e dezoito reais e vinte sete reais), conforme disposição descritas na Nota Técnica de Pesquisa de Preço (SEI nº 38160835).

RESUMO DOS VALORES ESTIMADOS POR ITEM c/ AJUSTES									
(subitem 7.7, da Nota Técnica de Pesquisa de Preço (SEI nº 38160835).									
ITENS	Unidade de Atendimento	CATSER	Unidade de Medida	Qt. Aplicação	Área Interna e Adjacentes (m²)	Área Interna e Adjacentes (m²) 4 Aplicações	valor unitário Estimado p/m²	Valor por Aplicação	Valor Estimado Anual
1	Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PR - Foz do Iguaçu/PR - Santa Helena/PR	3417	m²	4	13.080,22m²	52.320,88 m²	0,90	R\$ 11.772,19	R\$ 47.088,79
2	Delegacia de Polícia Federal de Guaíra - DPF/GRA/PF - Guaíra/PR - Umuarama/PR	3417	m²	4	7.312,95 m²	29.251,80 m²	0,90	R\$ 6.581,65	R\$ 26.326,62
3	Delegacia de Polícia Federal de Cascavel - DPF/CAC/PF - Cascavel/PR	3417	m²	4	2.806,35m²	11.225,40 m²	0,90	R\$ 2.525,71	R\$ 10.102,86
Dados e Média dos Valores Estimados		3417	m²	4	23.199,52m²	92.798,08m²	0,90	R\$ 20.879,56	R\$ 83.518,27

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1. A solução de mercado é considerada indivisível, pois é um serviço único, ou seja, controle integrado de vetores e pragas urbanas.
- 9.2. Contudo, apesar de ser um serviço único, a seleção de fornecedor se dará por item distintos, haja vista que cada item contemplará um serviço a ser contratado para cada delegacia específica. Isso se faz necessário pelo aspecto geográfico que acaba por limitar o número de fornecedores que prestam esse tipo serviço nas regiões fronteiriças do país.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 11.1. A contratação proposta está em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2024 das Delegacias da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, no Paraná. Tal contratação contribuirá para o alcance de nossos objetivos institucionais e ações estratégicas.
- 11.1.1. Objetivo: Valorizar os Servidores: mediante a implantação de estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- 11.1.2. Ação Estratégica: ampliar ações para promoção da saúde do servidor, ampliar, sistematizar e implementar mecanismos de assistência social, proteção à saúde e à segurança,

propiciando o bem-estar, satisfação e higidez de todo o corpo funcional, melhorando o clima organizacional.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Os resultados pretendidos com a contratação são:

- 12.1.1. proporcionar condições plenas de segurança, salubridade e habitabilidade aos imóveis.
- 12.1.2. proporcionar condições sanitárias satisfatórias para a saúde dos colaboradores internos.
- 12.1.3. proteger as unidade de atendimento buscando afastar danos econômicos, a saúde e ao meio ambiente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não será necessária adequação no ambiente físico das delegacias para efetivação da contratação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Quanto aos impactos ambientais, a empresa prestadora de serviços de dedetização deverá observar as legislações pertinentes com o fito de preservar e/ou diminuir os impactos ambientais decorrentes da utilização de produtos químicos utilizados.

14.2. Os fornecedores desse tipo de serviço deve observar as disposição estabelecidas pelos órgãos de controle, em especial, aqueles recomendados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme disposição descritas na Resolução Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2029, ou suas substitutas, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.

[...]

Art. 3º Este regulamento se aplica às **empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas**, nos diversos ambientes, tais como indústrias em geral, instalações de produção, importação, exportação, manipulação, armazenagem, transporte, fracionamento, embalagem, distribuição, comercialização de alimentos, produtos farmacêuticos, produtos para saúde, perfumes, produtos para higiene e cosméticos para a saúde humana e animal, fornecedores de matéria-prima, áreas hospitalares, clínicas, clubes, "shopping centers", residências e condomínios residenciais e comerciais, veículos de transporte coletivo, aeronaves, embarcações, aeroportos, portos, instalações aduaneiras e portos secos, locais de entretenimento e órgãos públicos e privados, entre outros.

14.3. A empresa de acordo com os incisos V e VI, do Art. 4º, da RDC nº 52/2019 - ANVISA, deve possuir licença ambiental e licença sanitária concedida pelo órgão ambiental competente.

[...]

V - licença ambiental ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão ambiental competente;

VI - licença sanitária ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário competente;

[...]

14.4. A empresa contratada de acordo com os Arts. 15 a 19, da RDC nº 52/2019 - ANVISA, deve implementar a logística reversa face a inutilização e descarte das embalagens.

[...]

Art. 15. A empresa especializada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

Art. 16. O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

Art. 17. A empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

§1º Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

§2º O estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

Art. 18. A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos aonde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

Art. 19. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

Parágrafo único. As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplice lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

[...]

14.5. A observação da RDC nº 52/2019 - ANVISA é cogente, não cabendo a empresa se eximir de tais responsabilidade ambiental.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Após todas as informações prestadas, declaramos que a contratação atual se mostra viável para a Polícia Federal.

FERNANDA OLIVEIRA SANTOS

Agente Administrativo
Integrante Técnico Titular
DITEC/PF

JACQUELINE RODRIGUES

Agente Administrativo
Integrante Administrativo
DPF/FIG/PR

CLEITON NOETZOLD

Agente de Polícia Federal
Integrante Técnico e Administrativo Titular
DPF/GRA/PR

BEMILDES JOSE DA SILVA FILHO

Agente Administrativo
DPF/CAC/PR
Integrante Técnico e Administrativo Titular



Documento assinado eletronicamente por **CLEITON NOETZOLD, Agente de Polícia Federal**, em 25/11/2024, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACQUELINE RODRIGUES, Agente Administrativo(a)**, em 25/11/2024, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA OLIVEIRA SANTOS, Agente Administrativo(a)**, em 25/11/2024, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEMILDES JOSE DA SILVA FILHO, Agente Administrativo(a)**, em 25/11/2024, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38160848&crc=81E4768D.
Código verificador: **38160848** e Código CRC: **81E4768D**.